

Genial
Investimentos
Corretora de
Valores S.A.

(Anteriormente denominada Geração Futuro
Corretora de Valores S.A.)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Genial Investimentos Corretora de Valores S.A. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 31 de dezembro de 2018, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção à seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		81.397	76.289	Circulante		98.271	74.756
Disponibilidades	4	2.618	9.864	Outras obrigações		98.271	74.756
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	58.482	44.181	Sociais e estatutárias		-	1.903
Aplicações em depósitos interfinanceiros		58.482	44.181	Fiscais e previdenciárias	11.a	3.672	3.330
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	1.004	4.626	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		11	16
Carteira própria		1.004	4.626	Negociação e intermediação de valores - Passivo	11.b	88.156	64.877
Outros créditos	7	18.100	17.356	Parcelamento de dívida - IRPJ e CSLL	11.c	-	879
Rendas a receber		3.814	3.384	Diversas	11.d	6.432	3.751
Negociação e intermediação de valores		9.626	8.414	Exigível a longo prazo		2.484	1.412
Diversos		4.759	5.583	Outras obrigações		2.484	1.412
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(99)	(25)	Provisão para passivos contingentes	13	2.484	1.412
Outros valores e bens		1.193	262	Patrimônio líquido	14	66.597	7.933
Despesas antecipadas		1.193	262	Capital social		29.000	25.000
Não circulante		85.955	7.812	Aumento de capital		78.601	-
Investimentos	8	84.236	5.273	Prejuízos acumulados		(41.004)	(17.067)
Participações societárias em controladas		84.236	5.273				
Imobilizado	9	816	905				
Instalações, móveis, equipamentos e outros		4.405	5.086				
(-) Depreciação acumulada		(3.589)	(4.181)				
Intangível	10	903	1.634				
Softwares		2.825	2.822				
Benfeitorias		1.261	1.716				
(-) Amortização acumulada		(3.183)	(2.904)				
Total do ativo		167.352	84.101	Total do passivo e patrimônio líquido		167.352	84.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto, lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	Semestre findo em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de intermediação financeira		4.769	8.906	6.169
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.975	4.043	1.818
Resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos	6	2.792	4.867	4.360
Resultado com operações de créditos		70	70	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(68)	(74)	(9)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(19.276)	(31.355)	(7.504)
Receitas de prestação de serviços	15.a	26.856	54.573	58.265
Despesas de pessoal	15.b	(16.556)	(30.202)	(27.014)
Despesas administrativas	15.c	(15.120)	(28.748)	(22.134)
Despesas tributárias	15.d	(2.204)	(4.491)	(5.407)
Resultado de participação societária em controladas		880	332	(2.230)
Outras receitas operacionais	15.e	1.512	2.385	10.359
(-) Depreciação e amortização	9 e 10	(364)	(815)	(1.394)
Outras despesas operacionais	15.f	(14.280)	(24.389)	(17.949)
Resultado operacional		(14.507)	(22.449)	(1.335)
Resultado não operacional		-	(270)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(14.507)	(22.719)	(1.335)
Participações dos empregados no resultado	18	(226)	(1.218)	(3.805)
Prejuízo do semestre/exercício		(14.733)	(23.937)	(5.140)
Quantidade de ações		752.901.535	752.901.535	25.133.542
Prejuízo por lote de mil ações - R\$		(0,02)	(0,03)	(0,20)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	25.000	-	(11.927)	13.073
Prejuízo do exercício	-	-	(5.140)	(5.140)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	25.000	-	(17.067)	7.933
Mutações do exercício	-	-	(5.140)	(5.140)
Saldos em 1º de julho de 2018	25.000	4.000	(26.271)	2.729
Aumento de capital	4.000	74.601	-	78.601
Prejuízo do semestre	-	-	(14.733)	(14.733)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	29.000	78.601	(41.004)	66.597
Mutações do semestre	4.000	74.601	(14.733)	63.868
Saldos em 1º de janeiro de 2018	25.000	-	(17.067)	7.933
Aumento de capital	4.000	78.601	-	82.601
Prejuízo do exercício	-	-	(23.937)	(23.937)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	29.000	78.601	(41.004)	66.597
Mutações do exercício	4.000	78.601	(23.937)	58.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Genial Investimentos Corretora de Valores S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre/exercício	(14.733)	(23.937)	(5.140)
Ajustes do prejuízo do semestre/exercício com o caixa (consumido)/gerado nas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	364	815	1.394
Resultado com equivalência patrimonial	(880)	(332)	2.230
Provisão para passivos contingentes	611	1.361	265
Participação de empregados	226	1.218	3.805
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	68	74	-
Variação de ativos e obrigações			
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	(8.855)
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.646	3.622	9.353
Redução/(aumento) em outros créditos	498	(817)	2.340
(Aumento)/redução em outros valores e bens	(338)	(930)	20
Aumento em outras obrigações	9.952	22.006	28.921
Impostos pagos	-	-	(615)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(586)	3.080	33.718
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(195)	(348)	(274)
Aquisição de investimento	-	-	(1.856)
Aquisição de intangível	(6)	(6)	(764)
Baixa do imobilizado	54	155	215
Baixa de intangível	35	204	665
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de investimento	(112)	5	(2.014)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	-	4.000	-
Integralização de capital	(30)	(30)	-
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de financiamento	(30)	3.970	-
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	(728)	7.055	31.704
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	61.828	54.045	5.918
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	61.100	61.100	37.622
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	(728)	7.055	31.704
Transações não monetárias			
Aquisição de investimento	(78.601)	(78.601)	-
Aumento de capital	78.601	78.601	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Genial Investimentos Corretora de Valores S.A. (“Corretora”) tem por objeto principal, negociar títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, e operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Geração Futuro.

Em 09 de julho de 2018, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança da denominação social da Corretora de Geração Futuro Corretora de Valores S.A. para Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A.

Devido a reorganização societária ocorrida em 31 de agosto de 2018, o Brasil Plural S.A deixou de ser seu acionista controlador devido a incorporação da Corretora pela Genial Investimentos Holding Financeira S.A. que passou a ser sua controladora direta.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, instituído pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração da Corretora baseia-se em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e provisão para contingências. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Corretora em continuar suas atividades nos próximos 12 (doze) meses.

Os valores apresentados nas Demonstrações dos Resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$15.985, anteriormente apresentado na rubrica de "Despesas administrativas" foram reclassificados para a rubrica de "Outras despesas operacionais", para fins de comparabilidade. Estas reclassificações não produzem efeitos no resultado do exercício.

A Administração autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras em 27 de março de 2019.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Corretora.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira.

d. Segregação de curto e longo prazo

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 (doze) meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e retificadas por provisão ao valor de mercado quando aplicável.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Nos termos da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada “ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos”, líquidos dos efeitos tributários.

A Corretora tem como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários e mantê-los para negociação, proporcionando, desse modo, rentabilidade de suas disponibilidades e participação transitória no mercado de derivativos sem, contudo, assumir posições que comprometam a sua solidez patrimonial, liquidez ou que venham a representar risco de crédito.

As ações de companhias abertas são registradas pelo custo de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, ajustados pela valorização da cotação média do último dia em que foram negociadas na B3 S.A - Brasil, Bolsa e Balcão . Os resultados das operações constituídos dos ajustes por variações são reconhecidos diariamente no resultado e estão apresentados nas demonstrações do resultado.

As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

Os títulos privados classificados como certificados de depósitos bancários, letras de créditos imobiliários, debêntures, certificados de recebíveis de agronegócio e letras de agronegócio são indexados à taxa CDI e pré-fixados, sendo o resultado registrado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

g. Negociação e intermediação de valores

Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h. Investimento em controlada

As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

i. Imobilizado de uso / intangível

Ativo Imobilizado: corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Corretora os benefícios, riscos e controle desses bens.

O ativo imobilizado de uso (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais que contemplam a vida-útil econômica dos bens, às taxas de 10% a.a. para móveis, e 20% a.a. para os demais. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. O ágio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido. O ágio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da empresa adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução nº 3.566/2008 do CMN, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas.

Com base em análise de seus ativos em 31 de dezembro de 2018, a Corretora concluiu que não há evidências que indiquem a necessidade de constituição de provisão para perdas consideradas permanentes.

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN:

11. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

12. Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

13. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

l. Demais ativos e passivos

São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é, quando devida, constituída mensalmente com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável anual que exceder R\$240. A contribuição social é, quando devida, constituída à alíquota de 20% apurada sobre o resultado tributável ajustado na forma da legislação em vigor.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

n. Lucro líquido / prejuízo por ação

O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço.

o. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

p. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	2.618	9.864
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*) (Nota Explicativa nº 5)	<u>58.482</u>	<u>27.758</u>
Total	<u><u>61.100</u></u>	<u><u>37.622</u></u>

(*) As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras com o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimentos de 2 dias úteis a partir da data de aquisição.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	<u>58.482</u>	<u>44.181</u>

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras com o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimentos em 22 de novembro de 2019.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez geraram ganhos de R\$ 4.043 (R\$ 1.818 em 2017).

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria do Banco e de suas controladas estão apresentados por tipo de papel e prazo de vencimento contratual da carteira:

	Valor de Mercado			31/12/2018	Valor de mercado 31/12/2017
	Custo	Sem Vencimento/ ate 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Carteira própria (livres)	999	1.004	-	1.004	4.626
Títulos de Renda Fixa (livres)	999	1.004	-	1.004	4.626
Títulos públicos federais	421	421	-	421	7
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	316	316	-	316	-
Notas do Tesouro Nacional-B - NTN-B	105	105	-	105	7
Títulos privados	578	583	-	583	3.789
Certificado de depósito bancário - CDB	228	209	-	209	315
Letras de crédito Imobiliários - LCI	2	2	-	2	200
Letras de crédito do agronegócio - LCA	12	12	-	12	118
Debêntures	336	358	-	358	3.103
Certificado recebíveis do agronegócio - CRA	-	2	-	2	53
Fundo de investimento	-	-	-	-	830
FII BR Malls	-	-	-	-	830
Total	<u>999</u>	<u>1.004</u>	<u>-</u>	<u>1.004</u>	<u>4.626</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 4.867 (R\$ 4.360 em 2017).

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA.

Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, na B3 S.A - Brasil, Bolsa e Balcão e SELIC.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Corretora não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7 Outros créditos

a. Rendas a receber

Em 31 de dezembro de 2018, a Corretora possuía registrado como rendas a receber o montante de R\$ 3.814 (R\$ 3.384 em 2017) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos.

As receitas auferidas no exercício com a administração de recursos conforme a Nota Explicativa nº 15.a. totalizaram R\$ 37.469 (R\$ 31.968 em 2017).

b. Negociação e intermediação de valores

Representado principalmente pelos saldos das operações por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R\$ 9.626 (R\$ 8.414 em 2017).

c. Diversos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda a compensar	768	662
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	375
Valores a receber de sociedades ligadas (ii)	360	159
Devedores diversos - país (i)	1.846	2.237
Outros créditos diversos	1.785	2.525
Subtotal	4.759	5.958
(-) Provisão para outros créditos	(99)	(25)
Total	4.660	5.933

- (i) O saldo dessa rubrica refere-se a custos transitórios incorridos a receber de Fundos de investimentos.
(ii) O saldo dessa rubrica refere-se a outros valores a liquidar entre empresas do grupo.

8 Investimentos

Em 10 de janeiro de 2017, a Corretora realizou adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$500 na investida Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. e em 26 de abril de 2017, o adiantamento foi incrementado em R\$800, passando o saldo dessa rubrica a ser de R\$1.856. Em 29 de junho de 2017, a Corretora integralizou todos os adiantamentos para futuro aumento de capital em aberto, no montante de R\$1.856.

Em 04 e 25 de agosto de 2017, a Corretora voltou a realizar adiantamentos para futuro aumento de capital na Geração Futuro Seguros e Participações Ltda., nos valores de R\$70 e R\$305 que foram integralizados.

Devido a reestruturação societária ocorrida em 31 de agosto de 2018, a Companhia incorporou as ações da Genial Institucional Corretora de Títulos e Valores Mobiliários que passou a ser sua controlada.

Em 28 de dezembro de 2018, Corretora integralizou todos os adiantamentos para futuro aumento de capital em aberto no montante de R\$30.

	Saldo em 31/12/2017	Reorganização Societária	Integralização de AFAC	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Genial Institucional CCTVM	-	78.601	-	823	79.424
Geração Futuro Seguros e Part Ltda. (*)	5.273	-	30	(491)	4.812
Total	5.273	78.601	30	332	84.236

	Saldo em 31/12/2016	Adiantamento para futuro aumento de capital	Integralização de AFAC	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
Geração Futuro Seguros e Part Ltda. (*)	5.272	375	1.856	(2.230)	5.273
Total	5.272	375	1.856	(2.230)	5.273

(*) A GF Seguros e Participações é investida direta da Corretora, porém, não é considerada para fins de consolidação conforme regras estabelecidas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

9 Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2017	Movimentação			Saldo 31/12/2018
			Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.054	6	(550)	-	510
(-) depreciação acumulada		(841)	-	499	(25)	(367)
Sistema de comunicações- Equipamentos	10%	770	8	(50)	-	728
(-) depreciação acumulada		(683)	-	34	(22)	(671)
Sistema de processamento de dados	20%	3.262	334	(429)	-	3.167
(-) depreciação acumulada		(2.657)	-	341	(235)	(2.551)
Total		905	348	(155)	(282)	816

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2016	Movimentação			Saldo 31/12/2017
			Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.318	91	(1.355)	-	1.054
(-) depreciação acumulada		(1.838)	-	1.147	(150)	(841)
Sistema de comunicações- Equipamentos	10%	820	2	(52)	-	770
(-) depreciação acumulada		(682)	-	46	(47)	(683)
Sistema de processamento de dados	20%	3.172	181	(91)	-	3.262
(-) depreciação acumulada		(2.448)	-	90	(299)	(2.657)
Total		1.342	274	(215)	(496)	905

10 Intangível

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2017	Movimentação			Saldo 31/12/2018
			Aquisições	Baixas	Amortização	
Software		2.822	6	(3)	-	2.825
(-) amortização acumulada	20%	(2.251)	-	2	(262)	(2.511)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	1.716	-	(455)		1.261
(-) amortização acumulada		(653)	-	252	(271)	(672)
Total		1.634	6	(204)	(533)	903

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2016	Movimentação			Saldo 31/12/2017
			Aquisições	Baixas	Amortização	
Software		2.747	75	-	-	2.822
(-) amortização acumulada	20%	(1.938)	-	-	(313)	(2.251)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	2.697	689	(1.670)		1.716
(-) amortização acumulada		(1.077)	-	1.005	(581)	(653)
Total		2.429	764	(665)	(894)	1.634

(i) As benfeitorias são amortizadas de acordos com a vigência dos contratos de aluguel que são de 60 meses.

11 Outras obrigações

a. Sociais e estatutárias

	31/12/2018	31/12/2017
Gratificações e participações a pagar (empregados)	-	1.903

b. Fiscais e previdenciárias

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições sobre salários	874	783
Impostp de Renda retido na fonte	2.137	-
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	89	-
PIS e COFINS	384	-
ISS	170	-
Outros	17	2.547
Total	3.672	3.330

c. Negociação e intermediação de valores

	31/12/2018	31/12/2017
Credores conta de liquidação pendente	78.566	64.343
Caixas de registro e liquidação	9.590	534
Total	88.156	64.877

d. Parcelamento de dívida (*)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Parcelamento da dívida de IRPJ e CSLL	-	879

(*) A Superintendência Regional da Receita Federal 10ª Região Fiscal - Porto Alegre/RS, com base no “Termo de Constatação e Intimação Fiscal”, glosou despesas contabilizadas pela Corretora no ano-calendário de 2009, lavrando Auto de Infração recebido em 21/10/2013, referente à cobrança de IRPJ e CSLL, nos valores de R\$ 2.607 e R\$ 1.564. Em novembro de 2013 a Corretora optou pelo parcelamento em 60 (sessenta) vezes, com benefício de redução das multas em 40% (quarenta por cento), referente à adesão ao programa instituído pela Lei nº 11.941/2009, reaberto com as alterações veiculadas pela Lei 12.865/2013 (“Refis”). Transferido de grupo contábil para melhor classificação.

e. Diversos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para despesas de pessoal	1.772	1.549
Provisão de pagamentos a efetuar	1.009	1.125
Valores a pagar sociedades ligadas	2.904	387
Credores diversos - Redução de capital	-	111
Credores diversos - outros	747	579
	<u>6.432</u>	<u>3.751</u>

12 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração da conciliação entre o imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva e nominal

RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado antes da Tributação e Participações	(22.719)	(1.335)
Participações dos empregados no resultado	(1.218)	(3.805)
Lucro antes dos Impostos	(23.937)	(5.140)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquota vigente		
Corrente - Alíquota Vigente	(10.772)	(2.313)
Ajustes Permanentes	3.010	2.589
Resultado de Equivalência Patrimonial de Controladas e Coligadas	(332)	2.230
Outras	3.342	359
Ajustes Temporários	(890)	2.137
Ajustes temporários sobre produtos	102	(23)
Contingências e Tributos suspensos	911	257
PLR - Caixa	(1.903)	1.903
Lucro/Prejuízo Antes das Compensações	(21.817)	(414)
Compensação		
Lucro/Prejuízo do Exercício	(21.817)	(414)

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

A Corretora não realizou o registro contábil de ativo ou passivo tributário em conformidade com Resolução 3.059/12 do Bacen que define as regras para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias .

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Ajustes Temporários	MTM	Total
Ativos fiscais não constituídos	9.237	5.542	926	38	15.743
Genial Investimentos	9.237	5.542	926	38	15.743

13 Contingências

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações.

Para as contingências classificadas como “prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica “Provisões para riscos fiscais” e Provisões para passivos contingentes”. Eventuais desembolsos dependerão da evolução e do êxito de cada um dos processos, não sendo possível estimar quando ocorrerão.

Composição e movimentação das contingências

	FISCAIS*		TRABALHISTAS		CÍVEIS		OUTROS	
	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão
Em 31 de Dezembro/2017	-	-	-	700	712	712	-	-
<i>Constituições</i>	-	18	208	944	-	-	-	400
<i>Reversões</i>	-	-	-	(451)	-	-	-	-
<i>Atualizações</i>	-	-	-	-	161	161	-	-
<i>Realizações / Pagamentos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro/2018	-	18	208	1.193	873	873	-	400

Abaixo segue demonstrado os tipos de processos como probabilidade “possível” em que a Corretora figura no polo passivo.

	FISCAIS	TRABALHISTAS	CÍVEIS	OUTRAS
Em 31 de Dezembro/2017	240	1.858	350	3.362
Em 31 de Dezembro/2018	-	3.778	1.141	792

Existem passivos cíveis contingentes cujo ônus em caso de perda são dos antigos controladores da Genial Investimentos Corretora, onde R\$229 estão classificados com risco possível e R\$496 como risco provável, suportados por conta escrow e que não estão demonstrados nos quadros acima.

14 Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social é de R\$ 107.601 (R\$ 25.000 em 2017), e está representado por 752.901.535 ações ordinárias nominativas (25.133.542 ações em 2017), sem valor nominal, representado conforme o quadro de acionistas:

Acionista	Nº de ações	Participação
Genial Investimentos Holding Financeira S.A.	<u>752.901.535</u>	<u>100%</u>
Total	<u>752.901.535</u>	<u>100%</u>

Em 28 de junho de 2018 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$4.000 através da emissão de 4.000.000 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital social de R\$25.000, divididos em 25.133.542 ações ordinárias nominativas, para R\$29.000 divididos em 29.133.542 ações ordinárias nominativas. Esse aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 08 de novembro de 2018.

Devido a reestruturação societária ocorrida em 31 de agosto de 2018, a Genial Investimentos Corretora incorporou 723.767.993 ações no valor de R\$ R\$78.601 do capital social da Genial Institucional Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (anteriormente denominada Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos de Valores Mobiliários) com consequente aumento de capital. O Brasil Plural Banco transferiu as quotas do capital social da Genial Investimentos Corretora para a Genial Investimentos Holding S.A e esta, transferiu as ações para a Genial Investimentos Holding Financeira S.A., mediante aumento de capital e submetido a apreciação do Banco Central do Brasil.

Destinação dos resultados

Aos acionistas está previsto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação vigente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve pagamentos de dividendos em função dos prejuízos apresentados pela Corretora.

Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Reserva de capital

A reserva de capital será utilizada para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, qual houver incorporação ao capital social, pagamento de dividendos a ações preferenciais e para resgate, reembolso ou compra de ações.

15 Resultado operacional

a. Receita de prestação de serviços

	Semestre findo em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Administração de recursos (Nota Explicativa nº 7.a)	20.523	37.469	31.968
Rendas de corretagem	3.539	9.646	18.115
Rendas de colocação de títulos	2.557	6.856	7.816
Outras	237	602	366
	<u>26.856</u>	<u>54.573</u>	<u>58.265</u>

b. Despesa de pessoal

	Semestre findo em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Proventos	(9.860)	(17.838)	(14.873)
Encargos Sociais	(3.301)	(5.997)	(5.295)
Honorários da diretoria	(518)	(987)	(1.815)
Outros	(2.877)	(5.380)	(5.031)
Total	<u>(16.556)</u>	<u>(30.202)</u>	<u>(27.014)</u>

c. Outras despesas administrativas

	Semestre findo em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Serviços técnicos especializados	(2.240)	(4.420)	(2.247)
Processamento de dados	(3.093)	(6.247)	(5.111)
Serviço do sistema financeiro	(1.322)	(2.804)	(2.378)
Aluguel	(558)	(1.076)	(2.319)
Comunicações	(793)	(1.614)	(1.963)
Viagens	(603)	(928)	(569)
Serviços de terceiros	(219)	(498)	(514)
Publicidade e propaganda	(3.273)	(3.273)	(2.813)
Outros	(3.019)	(7.888)	(4.220)
	<u>(15.120)</u>	<u>(28.748)</u>	<u>(22.134)</u>

d. Despesas tributárias

	Semestre findo em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
PIS e COFINS	(1.483)	(2.969)	(3.405)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(639)	(1.361)	(1.734)
Outros	(82)	(161)	(268)
Total	<u>(2.204)</u>	<u>(4.491)</u>	<u>(5.407)</u>

e. Outras receitas operacionais

	Semestre findo em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Reversões de provisões	460	621	-
Custos compartilhados	853	1.484	-
Recuperação de despesas administrativas	-	-	1.243
Variação monetária	20	43	299
Outros (*)	179	237	8.817
Total	1.512	2.385	10.359

(*) Em 31 de dezembro de 2017, os valores originados de operações envolvendo fundos cobertos pela orientação do Ofício nº 1317/2017/CVM/SIN/GIF.

f. Outras despesas operacionais

	Semestre findo em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Custos compartilhados	(2.855)	(2.855)	-
Repasses com intermediação de operações (*)	(10.177)	(19.233)	(15.985)
Despesas com contingências	(611)	(1.361)	(592)
Reversão de provisões operacionais	(523)	(719)	-
Variação monetária	(3)	(18)	(104)
Despesas de fundos	(11)	(11)	(238)
Outros	(100)	(192)	(1.030)
Total	(14.280)	(24.389)	(17.949)

(*) Refere-se a repasses de receitas de operações com títulos e valores mobiliários nos mercados financeiros e de capitais brasileiro, compra, venda, operações de aluguel, bem como outras modalidades de operações admitidas.

16 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Corretora possuía as seguintes transações com partes relacionadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Caixa		
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	267	2.551
Aplicação em CDI		
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	58.482	44.181
A receber - prestação de serviços		
Fundos Administrados pela Corretora	3.814	3.384
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Geração Futuro Seguros e Participações Ltda.	-	375
Rateio de despesas administrativas		
Genial Gestão de Recursos Ltda.	149	159
Reembolso de despesas administrativas		
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	210	-

Passivo	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Operação de bolsa - correspondente Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	(9.260)	-
Reembolso de despesas administrativas Genial Institucional CCTVM	(2.895)	(378)
Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	-	(10)
Outras contas a pagar Genial Gestão de Recursos Ltda.	(7)	-
Genial Corretora de Recursos S.A.	(2)	-
 Resultado	 <u>31/12/2018</u>	 <u>31/12/2017</u>
Receitas com CDI Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo	4.043	1.818
Despesa com corretagem Genial Institucional CCTVM	(564)	1.076
Receita com prestação de serviços Fundos Administrados pela Corretora	35.997	31.968
Cost sharing Genial Gestão de Recursos Ltda.	1.484	1.243
Genial Institucional CCTVM	(2.855)	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração foi remunerado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 da seguinte forma:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Proventos	518	1.815
Encargos sociais	116	408
Total	<u>634</u>	<u>2.223</u>

A remuneração total dos Diretores durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a Administração não existem outros benefícios de curto prazo.

17 Gerenciamento de riscos

A gestão de risco está sujeita aos mesmos padrões do acionista controlador, Banco Plural S.A. - Banco Múltiplo. Desse modo, atua como instrumento para maximizar o valor para os acionistas e para as partes interessadas buscando estabelecer estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio entre as metas de crescimento e de retorno dos investimentos e os riscos a elas associados. A descrição detalhada de cada estrutura que compõe o gerenciamento de riscos está disponível em forma de políticas no site da instituição (<http://www.brasilplural.com/Site/pt-BR/Company/RiskManagement>).

As estratégias de gerenciamento de riscos e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras atendem plenamente ao disposto pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional e podem ser resumidos, como segue:

a. Risco de mercado

A gestão de risco de mercado é responsável por identificar, avaliar, monitorar e mitigar as exposições decorrentes de posições detidas em ações, taxa de juros, câmbio e mercadorias (*commodities*).

O risco de mercado é monitorado através do cálculo diário do *Value at Risk* (VaR), uma ferramenta estatística que mensura a perda potencial da instituição com determinado nível de confiança para um certo horizonte de tempo. Também são utilizados, para análise e monitoramento, testes de estresse das carteiras com o objetivo de mensurar o risco em cenários adversos. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada através de testes (*back-testing*) que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e os ganhos e perdas realizados.

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o período de um dia com nível de confiança de 95,0%. O nível de confiança de 95,0% significa que existe uma possibilidade de uma em vinte ocorrências de que as receitas líquidas de negociação serão abaixo do VaR estimado. Com isso, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior do que o VaR apresentados são esperados de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do VaR é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de VaR e estimativas de distribuição estatística podem produzir VaR substancialmente diferente. A tabela a seguir contém a média diária do VaR da carteira proprietária do Conglomerado Brasil Plural para os períodos findos em:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
VaR (R\$ mil)	250	262

O acionista Controlador também monitora o risco de mercado de sua carteira por meio das parcelas que compõem o RWA (*Risk Weighted Assets*) conforme determina a Resolução nº 4.193/2007 e Circular nº 3.365 do Banco Central do Brasil.

I. Análise de Sensibilidade (Instrução CVM nº 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Brasil Plural gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isto, a Instituição considera os limites de riscos estabelecidos pela Administração e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Brasil Plural em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e com a circular nº 3.354/2007 do Bacen, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos da seguinte forma:

- i. Carteira de negociação (*Trading Book*): constituída por posições próprias realizadas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.
- ii. Carteira de não negociação (*Banking Book*): contém as operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até seu vencimento.

Para determinar a sensibilidade do capital aos impactos de movimentos de mercado na Carteira de Negociação (*Trading*), foram realizadas simulações considerando 3 cenários:

Cenário Pessimista A		Cenário Otimista A	
PRÉ	200	PRÉ	(200)
IPCA	200	IPCA	(200)
Cambio	5%	Cambio	(5%)
Ações	(5%)	Ações	5%
Cenário Pessimista B		Cenário Otimista B	
PRÉ	250	PRÉ	(250)
IPCA	250	IPCA	(250)
Cambio	6,25%	Cambio	(6,25%)
Ações	(6,25%)	Ações	6,25%
Cenário Pessimista C		Cenário Otimista C	
PRÉ	300	PRÉ	(300)
IPCA	300	IPCA	(300)
Cambio	7,50%	Cambio	(7,50%)
Ações	(7,50%)	Ações	7,50%

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos, privados e instrumentos financeiros derivativos.

Fator de Risco	Variação	Cenário A	Cenário B	Cenário C
		Resultado	Resultado	Resultado
Pré	Aumento	(500)	(622)	(743)
Ações	Aumento	(3)	(4)	(5)
Câmbio	Redução	(37)	(46)	(56)
IPCA	Aumento	(143)	(174)	(204)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco. A carteira é composta por operações de créditos, captações e alguns títulos e valores mobiliários.

b. Risco operacional

O gerenciamento de risco operacional abrange identificação e controle das possibilidades de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Como parte integrante da estrutura de controles internos, o *framework* de risco operacional é divulgado em política, e prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reportes relacionados aos riscos operacionais, bem como os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. A metodologia utilizada pelo Brasil Plural está em linha com o *framework* definido nos documentos *Integrated Framework: Application Techniques*, publicado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*; e no *Principles for the Sound Management of Operational Risk*, emitido pelo *Basel Committee on Banking Supervision*.

Outra questão relevante no contexto de risco operacional é o Plano de Continuidade de Negócios onde a estratégia do Brasil Plural é que a empresa se mantenha operacional, atendendo seus clientes e suas obrigações sem interrupção, ainda que as dimensões da Contingência sejam graves e esta operação seja feita em regime parcial, dado que serão alocados em novos locais um número de profissionais menor que os que realizam as tarefas cotidianas.

Os eventos de perdas são monitorados, identificados e armazenados em sistema proprietário conforme determinado pela Resolução 4.557/2017.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é interpretado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nas condições acordadas, assim como à desvalorização de contrato de crédito derivado da deterioração na classificação de risco do tomador, à diminuição de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. O gerenciamento de risco de crédito da Instituição possui um processo contínuo e progressivo de mapeamento, desenvolvimento, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, mantendo a integridade e a independência dos processos. A Instituição controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito e instrumentos financeiros derivativos. Ainda, há o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras. Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pela Política de Gerenciamento de Risco de Crédito e pelo Manual de Crédito que abordam de forma detalhada diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico a que pertence, incluindo a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), da sua capacidade financeira para repagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três exercícios, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como aspectos da governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeira e de riscos, transparência).

O processo poderá, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplemento. A adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento serão analisadas. Recursos utilizados para elaboração do cadastro dos clientes incluem consulta à SERASA e SISBACEN tanto da empresa como de seus sócios. O processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva (com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial, recomendação esta que será avaliada pelo Comitê de Crédito para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados pelo menos uma vez ao ano ou quando necessário por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa ou da indústria na qual opera.

A política de provisionamento adotada pela Instituição está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Com isso, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como impairment os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações corporate com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

d. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas para garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - evitando descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Utilizamos modelos de projeções e de estresse das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva.

e. Gestão de Capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- i. Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- ii. Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- iii. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O objetivo do gerenciamento de capital é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado através de uma postura prospectiva.

18 Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 2.099/1994 e legislação complementar.

Os limites operacionais são administrados no nível do controlador Brasil Plural S. A. - Banco Múltiplo. A situação do Banco, em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

Patrimônio de Referência	31/12/2018	31/12/2017
Índice de Basileia	13,01%	14,11%
Limite de imobilização	28.943	33.655
Valor da situação para o limite de imobilização	17.422	18.140
Índice de imobilização	30,1%	26,95%
Margem	11.521	15.515
Patrimônio de Referência (PR)	57.886	67.310
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	57.886	67.310
Total da parcela RBAN	256	155
Total da parcela RWACPAD (Crédito)	174.324	187.854
Total da parcela RWAMPAD (Mercado)	16.396	26.674
Total da parcela RWACAM	5.077	4.022
Total da parcela RWAJUR [1]	5.709	2.142
Total da parcela RWAJUR [2]	-	50
Total da parcela RWAJUR [3]	5.043	14.436
Total da parcela RWAACS	567	6.054
Total da parcela RWAOPAD	254.356	262.617
RWA total (crédito+mercado+operacional)	445.076	477.145

As resoluções no. 4.192/13 e no. 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de nível I e de Capital Principal e a Resolução 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nos. 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13, 3.696/14 e 3.809/16 para risco de crédito, das Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nos 3.498/11 e 3.499/11 para risco de mercado, e das Circulares no. 3.640/13 e 3.675/13 e da Carta-Circular no. 3.625/13 para risco operacional. O Controlador optou pela abordagem o indicador básico para mensuração do risco operacional.